

Boulos sobre Flávio Bolsonaro: “Treino é treino, jogo é jogo”

Ministro afirma que governo pode enviar PL com urgência sobre escala 6x1

Por Rudolfo Lago

Diego Campos/Secom-PR

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, começou a elevar o tom contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), depois que uma série de pesquisas eleitorais recentes apontou a sua aproximação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na corrida eleitoral, com um eventual empate na disputa em segundo turno.

“Deixa começar de fato a campanha”, disse Boulos. “O jogo ainda não começou”, completou. “Treino é treino, jogo é jogo”. As declarações foram feitas pelo titular da Secretaria-Geral da Presidência no programa “Bom Dia, Ministro”, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) nesta terça-feira (17). O Correio da Manhã foi um dos veículos convidados para fazer as perguntas a Boulos.

Boulos acredita que quando a campanha começar de fato Flávio Bolsonaro será desconstruído na sua tentativa agora de se apresentar como alguém mais moderado do que o seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Essa estratégia vem sendo reforçada pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que, em entrevistas, tem afirmado que Flávio tem maior capacidade de diálogo e de articulação política do que o ex-presidente. Seria assim um candidato com o mesmo sobrenome mas com maior capacidade de articulação política.

“Essa ideia de moderado não se sustenta”, afirmou Boulos. “É falso como uma nota de R\$ 3”. E, segundo o ministro, no momento em que o debate político realmente começar, isso ficará claro para o eleitor.

“Como pode ser moderado alguém que recentemente foi às redes sociais defender que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, bombardeasse o Brasil?”, questionou o ministro, como exemplo. Em outubro do ano passado, Flávio postou nas redes sociais que tinha “inveja” quando via barcos de narcotraficantes sendo abatidos no mar do Caribe (antes da invasão da Venezuela e da prisão de Nicolás Maduro). E completou: “Ouvi dizer que tem desses no Rio de Janeiro, na Bahia de Guanabara”.

6x1

Na entrevista, Guilherme Boulos falou ainda da expectativa com relação à votação da escala 6x1, o fim do regime de trabalho no qual se trabalha por seis dias e se folga apenas um. O ministro reafirmou sua convicção de que o projeto será



Para Boulos, quando campanha começar, Flávio será desconstruído

votado ainda neste semestre, apesar a resistência de alguns parlamentares, especialmente aqueles ligados ao empresariado.

“Vamos ter o fim da escala 6x1 aprovada neste ano”, afirmou. “Esse é o projeto da família brasileira”, completou, no sentido de que o projeto garantiria ao trabalhador mais tempo para ficar com sua família pelo fato de ter mais um dia de folga.

Boulos, porém, admite que há uma estratégia dos segmentos contrários de tentar postergar a votação. Para o ministro, esses parlamentares não votariam contra a proposta, uma vez que as pesquisas mostram apoio a ela. Segundo Datafolha de 15 de março, 71% dos brasileiros seriam favoráveis ao fim desse regime de trabalho. Assim, haveria o que o ministro classificou de “enrolação”.

“Estamos respeitando o trâmite do Legislativo, como tem que ser. Agora, se termina março, passam mais algumas semanas e se percebe que está tendo uma estratégia de enrolação no Congresso, escreva o que estou dizendo: Lula vai entrar com um projeto de lei com regime de urgência. Aí, é obrigado a votar em até 45 dias. Essa é a legislação. É a regra”, declarou o ministro.

Três pontos

Boulos explicou que o projeto proposto pelo governo firma-se em três pontos: o fim da escala 6x1; a instalação de um regime de trabalho máximo de 5x2 (cinco dias

trabalhados e dois de descanso), e a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas – tudo sem que haja redução de salário.

“Esses são os três pontos. Estamos respeitando o trâmite do Legislativo. Agora, uma coisa é respeitar, outra coisa é permitir a enrolação. Aí, o presidente entra com o projeto de lei com regime de urgência. A Câmara tem 45 dias para votar, senão tranca a pauta. O Senado tem 45 dias para votar”, reforçou.

Boulos lembrou que a última vez em que houve mudança com relação à jornada de trabalho foi em 1988, na Constituição, quando terminou a possibilidade de jornada de 48 horas semanais passando para as atuais 44 horas. “Toda vez que se fala em direito do trabalhador, há reação do empresariado”, afirmou. “Isso é assim desde o debate sobre a Lei Áurea”.

Boulos admitiu, porém, que a redução da jornada levará a uma redução da margem de lucro do empresário. O que, na sua avaliação, acabará sendo absorvido, até porque ele acredita que haverá maior produtividade se o trabalhador estiver mais descansado. “O empresário terá de contratar trabalhadores nos fins de semana. Fala-se que ele vai repassar esse custo para o consumidor, mas essa possibilidade acabará limitada pela própria concorrência”, avalia.

Aplicativos

Guilherme Boulos falou ainda

sobre a regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativo e entregadores. Segundo ele, o governo vem conversando com os empregados e representantes dos setores para construir um projeto de regulamentação. Segundo ele, a intenção não é criar taxaões nem dificuldades, mas estabelecer regras de proteção para os trabalhadores.

Um dos pontos que deverá ser previsto nessa regulamentação é a repartição do valor de cada viagem. Segundo Boulos, hoje o motorista de aplicativo, que é o dono do veículo e paga pela sua

manutenção e abastecimento, fica muitas vezes apenas com 50% do valor da corrida. A empresa, que faz somente a mediação entre o usuário e o motorista, fica com a outra metade. A proposta do governo é que a empresa de aplicativo possa ficar, no máximo, com 30% do valor da viagem.

O projeto, segundo Boulos, prevê ainda que haja transparência nos algoritmos utilizados no serviço. Hoje, as empresas não os fornecem. E também garantias sociais como plano de saúde e previdência sob responsabilidade das empresas.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Governo discute regras para aplicativos e entregadores